

OPINIÃO

EDITORIAL

Quando a falta de apuração vira escracho público

Ribeirão Preto vai se acostumando a uma paisagem política que deveria causar espanto, mas já começa a ser tratada como rotina: vereadores, assessores e autoridades surgindo em inquéritos, representações e denúncias, enquanto a reação institucional da Câmara oscila entre a demora, o constrangimento e a vontade evidente de enterrar sujeira.

O problema já não é apenas a gravidade de um caso isolado. É a sucessão deles. É a repetição. É a sensação de que a Casa perdeu o pudor de responder com firmeza. O Jornal Ribeirão tem registrado essa escalada com clareza, mostrando como o ambiente político da cidade vai se tornando cada vez mais tolerante ao intolerável.

O caso de Jean Corauci (PSD) é emblemático. A Câmara rejeitou a representação por quebra de decoro envolvendo o uso de carro oficial durante o recesso, em viagem familiar, com informação divergente em documento oficial sobre a permanência do veículo em Ribeirão. Formalmente, pode haver explicações e contestações. Politicamente, porém, o recado é outro: o de que parte dos vereadores prefere proteger o colega antes de proteger o padrão ético que deveria reger a Casa.

É justamente aí que mora o desgaste. Quando o Legislativo escolhe relativizar, arquivar ou minimizar situações que exigiriam apuração dura, ele não pacifica o ambiente. Apenas adia a conta. E a conta, em política, sempre chega mais cara: em desconfiança, em descrédito e em perda de autoridade moral. A Câmara não pode fingir que está tudo normal quando a cidade vê, a olhos nus, uma suces-

são de episódios que corroem a imagem pública da instituição.

O caso de Bigodini (MDB), que deverá voltar, na semana que vem, ao Legislativo, também acompanhado de perto pelo Jornal Ribeirão, reforça essa percepção. O retorno de um vereador afastado sob forte desgaste, em meio a fatos graves já conhecidos pela opinião pública, não é apenas um rito administrativo. É um teste para a Câmara e para sua capacidade de responder a crises sem recorrer ao velho conforto do esquecimento institucional.

No caso de Lincoln Fernandes (PL), a mesma lógica se repete: enquanto o processo avança e as denúncias ganham corpo, cresce nos bastidores a tentação de acomodar o problema em vez de enfrentá-lo de frente. A sucessão desses episódios vai criando uma pedagogia perversa: o político é denunciado, o caso gera barulho por alguns dias, os pares administram a crise e, no fim, tudo volta ao compasso da conveniência. É assim que o inquérito deixa de ser exceção e passa a compor o cenário.

Assim que o escândalo perde força. E é assim que a Câmara vai se afastando da função mais básica de uma instituição pública: dar exemplo. Ribeirão precisa cobrar mais. E o jornalismo local, quando faz bem seu trabalho, ajuda a cidade a não normalizar o absurdo. Se a denúncia existe, que haja apuração.

Se a defesa é sólida, que seja apresentada com transparência. O que não dá mais é aceitar que a sucessão de casos graves termine sempre da mesma forma: com silêncio, arquivamento e memória curta. Como, de resto, vem sendo a tônica do Poder Público em Ribeirão nas últimas décadas.



OPINIÃO DO LEITOR

Se tem uma coisa boa na atual situação política de Ribeirão é que ao menos os políticos estão sendo investigados... pela Polícia. Entre eles, a farra é a mesma, com absolvição sumária mesmo com batom na cueca

Josué Soaras Cintra, Vila Virgínia

NOVAS IDEIAS

O equilíbrio na revisão da jornada de trabalho

SANDRA BRANDANI*



ANO ELEITORAL É SEMPRE UM PERÍODO QUE EXIGE ATENÇÃO REDOBRADA DA SOCIEDADE CIVIL, ESPECIALMENTE QUANDO ESTÃO EM DISPUTA CARGOS POLÍTICOS NOS ÂMBITOS NACIONAL E ESTADUAL, COMO SERÁ O CASO NESTE ANO.

É nesta época que questões importantes, como a da escala 6x1, são aprovadas às pressas, visando apenas ganhos eleitorais — quando deveriam, na verdade, receber a atenção total de legisladores e lideranças.

A jornada de trabalho é um assunto de extremo interesse de todos, tanto trabalhadores quanto empresários, com impactos reais na qualidade de vida e na oferta de empregos. Seu debate deve ser amplo e claro, na devida escala do tema.

Nesse momento histórico, a Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto (Acirp), entidade que representa o empresariado há 122 anos, vem a público reafirmar sua posição ativa neste debate, solicitando a deputados estaduais e federais e senadores eleitos e vinculados ao interior paulista que se posicionem contra a celeridade deste processo.

A velocidade da tramitação da PEC 221/19, que aborda a questão da escala de trabalho, na Câmara dos Deputados, é incompatível com a elaboração de um texto adequado e com as devidas nuances de transição.

Lembramos que, após a aprovação unânime do texto na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), o cenário aponta para a instalação da Comissão Especial e uma tentativa de votação em Plenário ainda no mês de maio.

Diante deste calendário, a Acirp, em consonância com as diretrizes da União Nacional das Entidades de Comércio e Serviços (Unecs), da Confederação das Associações Comerciais do Brasil (CACB) e da Federação das Associações do Estado de São Paulo (Fapesp), entre outras, endossa o posicionamento de que o ano eleitoral não é adequado para esse debate.

Uma discussão de tamanha magnitude, que altera profundamente a estrutura de custos das empresas, não deve ser pautada sob a pressão das eleições e do populismo em em vez de avaliações técnicas. O pleito do sistema associativo é pelo adiamento da discussão para 2027, em um ambiente mais estável e focado.

A alteração da jornada de trabalho não é tema meramente político; demanda estudos de impacto real dos custos operacionais, especialmente para micro e pequenas empresas (MPEs). Também exige diálogo amplo com as entidades representativas antes da consolidação do relatório final.

Há ainda que se ter respeito às peculiaridades de cada setor, pois comércio e serviços possuem dinâmicas de atendimento próprios. Estamos em uma janela crítica de articulação e a alteração da jornada 6x1 deve ser pautada pela sustentabilidade, sem repasse de custos inflacionários ao consumidor final ou morte de negócios em todo país.

A modernização das relações de trabalho é um debate legítimo, mas não pode ser atropelada por urgências eleitorais que ignorem a realidade do mercado. A Acirp segue vigilante e em constante mobilização para assegurar que o desenvolvimento econômico seja preservado através de um debate técnico, maduro e no momento oportuno.

*empresária, é presidente da Acirp

Jornal Digital

Leia o QRCode e acesse a versão online do Jornal Ribeirão

Pontos de Distribuição

Veja onde você encontra a versão impressa do Jornal Ribeirão:

Banca Tibiriça - R. Tibiriçá, 600

Banca do Denis - R. Otávio Golfeto, 326

Banca Saudade - Av. Saudade S/N

Banca Paulista - Av. Independência, 1680

Banca 2000 - Praça Coração De Maria S/N

Banca Balleiro - R. Gen. Osório, 549 - Calçadão

Banca Oracilda - Praça Jose Mortari S/N

Banca Solange - Av. Pres. Vargas, 25 - Esq. Av. R. Nove De Julho

Banca Camões - Praça Camões S/N

Banca Oásis - R. Duque de Caxias, 800

Banca Pinguim - R. Gen. Osório em frente a Choperia Pinguim - Calçadão

Banca do Valdir - Av. Nove De Julho, 378 - Esq. R. Visconde de Inhaúma

Banca 13 de Maio - Av. 13 De Maio, 575

Banca Irajá - R. Dr. Isaac Teodoro de Lima, 588

Banca Sete de Setembro - Praça

Banca do Emerson - R. Campos Salles, 431

Banca Ofício Center - Av. Portugal, 1760

Banca do Amaral - R. Amador Bueno, 395

Banca da Lucia - Av. Dom Pedro S/N

Banca do Rogério - R. Maria Tereza Braga Cenri, 425

Banca do Peruano - R. Florêncio De Abreu S/N (Calçada Catedral)

Banca da Japa - Av. Jerônimo Gonçalves, 493 (Próx Rodoviária)